

O EXÉRCITO BRASILEIRO NA REGIÃO OESTE PARANAENSE

THE BRAZILIAN ARMY WITHIN WEST PARANÁ

Márcia Stuppi Machado¹
Fausto Alencar Irschlinger²

MACHADO, M. S.; IRSCHLINGER, F. A. O EXÉRCITO BRASILEIRO NA REGIÃO OESTE PARANAENSE. **Akrópolis** Umuarama, v. 15, n. 4, p. 191-202, out./dez. 2007.

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo estudar o Exército Brasileiro no Oeste do Estado do Paraná, em especial nos municípios de Cascavel - PR e Foz do Iguaçu - PR, onde será feito um estudo das décadas de 1930 e 1970, período de significantes transformações na região oeste paranaense. Neste contexto abordaremos assuntos relacionados a influências, limites e possibilidades do Exército Brasileiro no oeste paranaense.

PALAVRAS-CHAVE: História; História regional; Exército Brasileiro; Oeste Paranaense.

ABSTRACT: This research studies the Brazilian Army within West Paraná, especially in the cities of Cascavel and Foz do Iguaçu, where a study on the decades of the 30's and 70's, period of significant transformations within West Paraná, will be carried out. In this context, we will approach issues related to the influences, limitations, and possibilities of the Brazilian Army within West Paraná.

KEYWORDS: History; Regional history; Brazilian Army; West Paraná.

¹Graduada em História pela UNIPAR, pós graduanda em História Regional: Olhares sobre o Paraná Contato: marcia.stupp@hotmail.com

²Orientador do Curso de Especialização em História Regional: Olhares sobre o Paraná, da Universidade Paranaense – UNIPAR, Campus Cascavel.

Recebido em abril./2007
Aceito em mai./2007

INTRODUÇÃO

O Exército, sempre integrado por elementos de todos os matizes sociais, nasceu com a própria Nação e, desde então, participa ativamente da história brasileira (Exército Brasileiro).

O presente artigo tem como objetivo apresentar aspectos determinantes da formação e localização estratégica do Exército Brasileiro na região oeste paranaense, focalizando municípios de Cascavel, PR e Foz do Iguaçu, PR, principalmente nas décadas de 1930 e 1970. Consideramos e buscamos analisar processos como: defesa de fronteira nacional, influências, limites e possibilidades do Exército Brasileiro no Oeste do Paraná.

O presente estudo é inicialmente instigado pelo sigilo e/ou escassez de informações relacionadas ao Exército na região. Tal escassez estende-se a materiais acadêmicos, o que nos induz à busca de uma “nova” visão social e acadêmica perante a instituição militar de força terrestre.

Entre as referências e fontes de estudo, utilizaremos bibliografias, que retratam a história paranaense, bem como dos dois municípios em específico e, da mesma forma, dados oficiais publicados pela instituição militar.

Ao estudarmos a história dos municípios de Foz do Iguaçu, e Cascavel, fazemos uso de referências regionais, como: Sérgio Lopes, em O Território do Iguaçu no Contexto da “Marcha para Oeste”; Alceu Sperança, em Cascavel: A História; Ruy Christovam Wachowicz, em História do Paraná; entre outras. Da mesma forma, vemos obras do acervo da instituição militar, como a do Capitão Oscar Ramos Pereira, Rodovias Paranaenses construídas pelo Exército: Período 1927-1948, e publicações (revistas e websites) elaboradas pela própria instituição.

No decorrer deste trabalho, com intuito de contextualizar as contribuições e inovações decorrentes da instalação das forças armadas brasileiras nos dois municípios e sua contribuição para o desenvolvimento do Estado, na garantia de pertencimento de territórios atualmente brasileiros e defesa de fronteiras nacionais, procuramos, de forma sucinta, mencionar processos que antecedem, principiam e, conseqüentemente, influenciam a instalação militar.

Considerando fatores fundamentais na formação do oeste do Paraná, faremos uma análise do “tributo” militar no período que coincide com a colonização do Estado, assim como a atuação em conflitos e a posterior reafirmação militar, diga-se quanto a reconhecimento perante civis, como força

de defesa nacional.

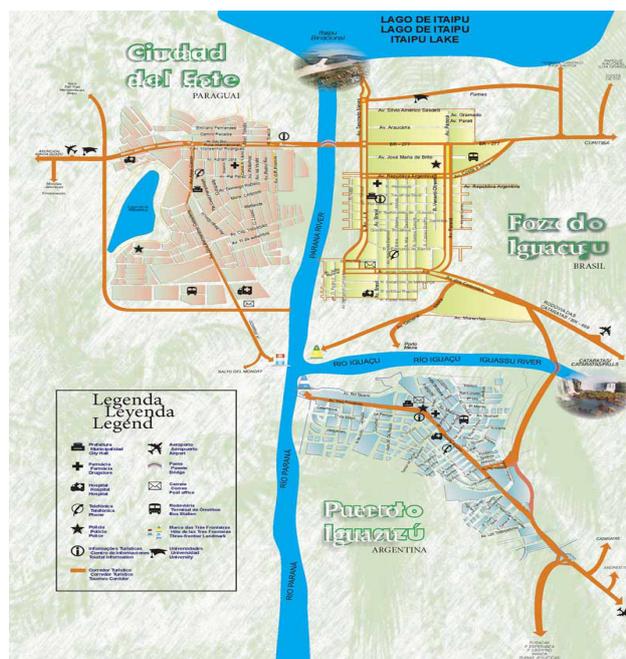
Por fim, a partir da análise de momentos importantes que fundamentam e originam as limitações do território brasileiro, como: Guerra do Paraguai; o avigoramento do Exército; Delimitação da Fronteira; O contexto paranaense e Presença Militar no Oeste Paranaense; Foz do Iguaçu e Cascavel é apresentado um breve relatório da influência da instituição militar.

ASPECTOS CONTEXTUAIS

O objetivo de garantir soberania às regiões de fronteira foi, por tempos, focado pela administração governamental, sob influência e contribuição de civis e militares, o que nos possibilita associar processos de apropriação territorial em períodos de colonização no Paraná a segmentos civis e operações militares estratégicas.

Nos séculos XVIII e XIX, espaços são delimitados e administrados por potências européias, que principiam estudos topográficos, visando à demarcação de limites e estabilidade de fronteiras internacionais. No século XIX, quando veremos as diferentes contendas internas, completa-se a demarcação dos limites internacionais, inclusive no Brasil.

Vemos o mapa onde se evidencia a Tríplice Fronteira já no século XX, em especial consideramos a localização de um dos municípios foco de nossos estudos: Foz do Iguaçu.



Fonte: <http://www.h2foz.com.br/mapas/index.php>

Sendo a experiência de delimitação de fronteiras fator central para a formação da identidade nacional e de suas instituições, ocorre igualmente na história da definição de limites em países latino-americanos. Fronteiras brasileiras são demarcadas ainda no Brasil Colônia (1500 a 1822), com tratados assinados entre Portugal e Espanha nos séculos XVIII e XIX, sendo estabelecidos, a partir de então, os primeiros acordos de limites fronteiriços. Lopes (2002, p. 73) acentua que “a fronteira entre o Brasil e a Argentina, no espaço entre os rios Uruguai e Iguazu, foi definida primeiramente entre Portugal e Espanha, pelo Tratado de Madrid, em 1750 (...)”.

Os primeiros anos do século XIX, além de principiar as atividades de fixação de fronteiras brasileiras, revelam questões de limites acarretados por longos períodos. O governo brasileiro, no decorrer de inúmeras transições, acentuadas por disputas relacionadas à garantia de pertencimento de regiões estratégicas, engloba diversas inquietações, entre elas interesses expansionistas e delimitações territoriais em área de fronteira internacional, como vimos no sul do país, mais especificamente no oeste paranaense.

Neste mesmo período, rotas comerciais estratégicas, com saída para o mar, são focadas pelo atual regime governamental, impulsionando acordos e conflitos entre Brasil, Argentina e Paraguai. No mesmo espaço de tempo, o oeste paranaense, assim como Foz do Iguaçu, município em faixa de fronteira internacional, é cenário de sucessivos acontecimentos decorrentes de interesses internos e externos.

Séculos XVIII e XIX ainda são designados por preocupações sobre o domínio na navegação de rios que influenciam o comércio e, conseqüentemente, interesses na região fronteira do oeste paranaense.

Os fatores mencionados acima influenciam diretamente a economia e aguçam interesses também de países europeus. Logo, as divergências que vêm a surgir entre países latino-americanos não são solucionadas de forma pacífica.

Neste sentido, analisaremos momentos importantes que fundamentam e originam as limitações do território brasileiro como: Guerra do Paraguai; o avigoramento do Exército; Delimitação da Fronteira; o contexto paranaense e Presença Militar no Oeste Paranaense; Foz do Iguaçu e Cascavel, frisando o fato de que tais acontecimentos refletem diretamente na região oeste do Estado Paraná.

EXÉRCITO BRASILEIRO: A GUERRA DO PARAGUAI E O AVIGORAMENTO DO EXÉRCITO

Para compreender fatores que iniciam e instigam grandes conflitos armados, como a Guerra do Paraguai, que marca a história da fronteira brasileira no oeste do Paraná, assim como a história do Exército Brasileiro, é preciso considerar a situação vigente no Paraguai em meados do século XIX e interesses já mencionados, que são precedentes históricos expressivos nesta fase.

Quanto ao Paraguai, neste período, o país encontrava-se em constante ascensão econômica, destacava-se perante demais países da região e despertava em nações vizinhas a preocupação e/ou precaução com a ocupação de territórios fronteiriços. O sucesso socioeconômico e a autonomia internacional adquirida pelo Paraguai, assim como a possibilidade de ser paradigma de autonomia a outros países, agregaram-se aos demais fatores que influenciaram e conduziram a Guerra do Paraguai (1865 / 1870), envolvendo forças armadas aliadas do Brasil, da Argentina e do Uruguai (Tríplice Aliança) contrárias ao Paraguai. Segundo Chiavenato (1990, p.35), “as causas imediatas da guerra encontram-se na soma de uma situação histórica e econômica, que se recheia de pretextos políticos e diplomáticos”.

Pode-se pensar, a partir de então, a caracterização deste período em contexto internacional, visto que a expansão de produção e a navegabilidade nos rios eram enfoques primordiais, conseqüentemente, de interesses europeus e de países latino americanos. No caso, o Paraguai, com autonomia econômica e independência internacional, seria capaz de interferir em planejamentos de nações européias, até então hegemônicas. O governo paraguaio, visando entre outros à ampliação de território e já interferindo internacionalmente em fatores políticos e diplomáticos, entra em atrito com países vizinhos e com interesses europeus. As implicações levam à guerra e a permanência em conflito por aproximadamente cinco anos. Soares (1973, p.249) destaca: “a guerra provou como o Paraguai se preparava para a mesma, procurando criar no país uma verdadeira consciência de nação em armas (...)”.

No entanto, a permanência em conflito, por tão longo período, evidencia, além de fatores internos paraguaios, as influências às quais a Tríplice Aliança esteve submetida durante a guerra.

Quanto ao Brasil e às atuais condições internas, ressaltam-se a partir do princípio dos conflitos, fatores relacionados à defesa nacional, como a importância e as condições do Exército

Brasileiro. Pela permanência nas disputas ou pelas condições de formação do contingente do Exército, surgem, durante o conflito, deficiências relacionadas às forças armadas. Questões nacionais quanto à instituição e o contingente atuante na luta armada revelam a insuficiência no número de soldados em batalha, instigando o incremento dos batalhões.

No decorrer da guerra faz-se necessário o recrutamento de civis. Em consequência, ocorre a formação de um contingente militar distinto do atual, com requisitos menos seletivos, participaram da guerra os Voluntários da Pátria. Segundo Sodré (1979, p.143), "(...) cidadãos entre 18 e 50 anos que, além de soldo comum às praças, perceberiam mais 500 réis diários, além da gratificação de 300 mil réis, ao darem baixa, no fim da guerra".

Diante do adequado preparo do Paraguai, o reforço militar brasileiro fez-se necessário e o auxílio do inovador contingente contribuiu para que o conflito fosse concluído com respectivo "sucesso", enfatizando, a partir de então, as condições do serviço militar e a necessidade de alteração.

(...) o alistamento só cobria as camadas inferiores da sociedade. Era permitido isentar-se do serviço por meio de contribuição pecuniária. Um indivíduo podia ser substituído pelo outro e muitos entregavam escravos para esse fim, ou pagavam para terceiros: "Nas fileiras do Exército como nas tripulações da Esquadra, só se viam negros e mestiços de vários tons, além de brancos dos sertões" escreverá Oliveira Lima (SODRÉ, 1979, p.144/145).

Ainda segundo Sodré (1979, p.137), no período imperial brasileiro "A caserna continuava a ser refúgio de desocupados, de desqualificados, de malfeitores, - uma espécie de castigo". O serviço militar por tempos evitado e considerado repreensão, fundamenta a deficiência militar referente ao contingente atuante nos combates desta época.

No entanto, após o desdobramento da guerra em diversos focos, anos de resistência paraguaia e o prolongamento da Guerra da Tríplice Aliança ou do Paraguai, a mesma chega ao "fim" com consequências análogas às demais disputas ocorridas no século XIX.

Destacam-se, entre outros, no pós-guerra, o fato de o Uruguai conservar-se independente, Brasil e Argentina, com perdas significativas pelo grande período de disputas, resolverem limites de fronteira terrestre, e Paraguai com maior déficit, ter a economia desestruturada e grande parte da população e do país, dizimados. Soares (1973, p.14) ainda afirma: "(...) quando um país perde uma guerra,

em geral perde território, bem como perde prestígio internacional, que depois poderá recuperar por meio de intenso trabalho diplomático."

O Paraguai, após ser vencido na guerra, é privado também de extensões geográficas, sobre a qual exercia soberania. Assegura-se aos países vencedores, entre eles Brasil, além da já citada definição de questões fronteiriças e de livre navegação dos rios da bacia do Prata, o título de "vencedor", que acende o prestígio das forças armadas da Marinha e do Exército Brasileiro. A atuação na guerra enobrece a imagem militar, alterando sua estrutura social, conforme destaca Sodré (1979, p.143).

Neste mesmo contexto histórico nacional, o Exército Brasileiro vive diferentes momentos. Ainda no regime monárquico, antecedendo a guerra, ocupou posição de menor importância, quando integrantes do contingente militar, assim como a instituição, não eram considerados interesses primordiais perante o governo.

Segundo Sodré (1979, p.137), "(...) o lugar ocupado pela tropa, na época, era dos mais secundários". Assim sendo, inúmeros e significativos conflitos civis e militares associam-se a fatores relacionados ao desequilíbrio e às contradições no regime imperial, contribuindo para a queda do regime monárquico e solidificando o enobrecimento das forças armadas terrestres no Brasil. Destaca-se também como sendo de fundamental importância na alteração do contexto em que:

A sociedade do período áureo do Império, entretanto, não concede ao militar nenhum lugar de destaque. Sua importância individual ou de classe, é reduzida. Daí ser comum que as tropas permanecessem longos meses à mercê da sorte, sem perceber vencimentos, fardamento ou quaisquer recursos. Ao longo de toda essa época, de vários quadrantes, de todos os lugares em que havia força militar de linha, a queixa é a mesma, e dela não estão isentos ainda os que vivem na fronteira sulina, sempre mobilizada ou conflagrada: o descaso com a tropa constituía regra inflexível (SODRÉ, 1979, p.137).

Somente a partir da necessidade de defesa nacional, em conflitos internacionais, que viriam a desequilibrar a estrutura de interesses governamentais, influenciando não somente o setor socioeconômico nacional, mas parte do território em faixa de fronteira é que se desperta a necessidade de o setor político caminhar em conjunto com as forças armadas. Isso ocorre paralelamente ao avigoreamento do regime republicano, que tem influência direta do Exército. As condições vigentes da carreira militar

no período, conforme relatado acima, contribuem para que ocorram modificações progressivas, relacionadas ao contingente do Exército Brasileiro, passando o mesmo a ter força expressiva perante a vida nacional.

A partir da guerra, diferentes períodos históricos atentam à atuação e enfatizam a contribuição militar na sociedade brasileira, propagando-se análises vinculadas às forças militares. A instituição, depois de fortalecida, atende a interesses próprios e do governo federal que, após contestação de terras em área de fronteira, garante o pertencimento através não somente da colonização civil, mas também da imponente presença militar. De acordo com Sodré (1979, p.138), “Foi a partir da Guerra do Paraguai que o Exército ganhou, entre nós, a estabilidade e coesão interna, que dele fariam, daí por diante, o ponto maior de resistência do nosso organismo político.”

Ao salientar a figura do Marechal Deodoro da Fonseca perante a sociedade, no ato de instituição da República, reforça-se também a imagem das forças armadas e a importância de instituir-se, quanto indispensável à proteção nacional.

Estando o Exército Brasileiro atualmente em “menor”, não menos importante atividade que as relatadas anteriormente, a instituição torna-se, a partir de então, mesmo que simbolicamente, parte necessária no resguardo da nação brasileira.

DELIMITAÇÃO DA FRONTEIRA: O CONTEXTO PARANAENSE

Por muito tempo a delimitação territorial fronteiriça ficou indefinida na prática, sem a contestação por parte nem de paraguaios nem de argentinos: o Brasil manteve-se despreocupado em relação à necessidade. No entanto, Argentina contesta o Tratado de Santo Ildefonso e afirma a localização da fronteira na altura dos rios Chapecó (afluente do Uruguai) e Chopim (afluente do Iguazu), incorporando grande parte do território brasileiro à Argentina. Como destaca Radin:

Os argentinos só definiram sua interpretação ao Tratado de Santo Ildefonso em 1881, quando declararam ser os rios Chapecó e Chopim o limite entre os dois países. O Brasil por sua vez, apontava como divisa os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Esta diferença representava uma área contestada de 30.621 quilômetros quadrados. O Brasil, diante disso, passou a se preocupar com a efetivação da posse do território que ainda não tivesse devidamente ocupado. Tinha em mente o princípio do *Uti Possidetis*, que era diplomaticamente usado em Convenções e

Tratados, segundo o qual, um país teria direito a um determinado território somente por sua ocupação efetiva e prolongada, (RADIN, 1997, p. 29-30).

Ao final, a região contestada pela Argentina é incorporada ao território brasileiro. Segundo Andrade (2001, p.42), “(...) submetida a questão à arbitragem do presidente Glover Cleveland, este deu ganho de causa ao Brasil, em laudo em 1895”.

A partir de então, são tomadas precauções pelo governo brasileiro no que diz respeito à defesa territorial na fronteira e ocupação efetiva das terras, planejamentos como de instalação de colônias militares de Chopim e Chapecó, criadas em 1859, com objetivo de defesa fronteiriça, são colocados em prática.

Ressaltamos a criação de Chopim e Chapecó, colônias militares tão importantes ao Estado do Paraná como a de Foz do Iguazu, que, da mesma forma, foram instituídas em meio a diversos contratemplos que prorrogaram a chegada até locais de instalação. Ao superar os primeiros obstáculos relacionados à locomoção, fatores regionais, necessários à ocupação permanente destas regiões são trabalhados durante certo período de tempo, rumando a posteriores atividades agrícolas. No auge da instituição, a miscigenação era fator interessante a ser considerado. Por fim, problemas não exclusivamente internos conduzem a decadência e a migração às colônias regionais próximas, no caso Foz do Iguazu.

Tais colônias fazem parte de tentativas governamentais de proteção de fronteira e enfrentam adversidades, que as conduzem ao declínio por diferentes razões. No entanto, devemos considerar o fato de que a presença militar, mesmo que por certo período de tempo, determina o pertencimento de regiões em faixas de fronteira ao Brasil.

Em necessidade ou em conseqüência de acontecimentos como a contestação de território acima citada, que durante anos envolvem Brasil e Argentina, ambos transformam a disputa em integração e colaboração. A consolidação efetiva ocorre no final do século XX, com a assinatura do Tratado do Mercosul, em que o Uruguai, área de influência, mesmo antes da Guerra da Tríplice Aliança, e o Paraguai, da mesma forma estimado na chamada disputa de influência, unem-se, consolidando o acordo de mercado comum.

No que diz respeito ao Tratado, em 1986, José Sarney, presidente do Brasil e Raúl Alfonsín, presidente da Argentina, o assinam em Buenos Aires. A adesão uruguaia e paraguaia coloca em vigor

o Tratado de Assunção (Mercosul), possibilitando atividades comerciais e industriais que conduzem a integrações socioeconômicas e políticas entre os quatro países fronteiriços.

A partir de então se solidifica a “estabilidade pacífica” entre as nações, estando neste contexto, o oeste do Paraná fadado à permanência militar e ao desenvolvimento socioeconômico paralelo a suas influências.

A história do Paraná e de seu povo pode ser relatada através dos vários ciclos que transpôs. No entanto, buscando salientar a influência militar na região oeste paranaense, que coincide com a colonização do Estado, faz-se necessária a contextualização de períodos que envolvem a nossa terra.

Averiguamos que, a partir de 1853, a província do Paraná é desmembrada de São Paulo, tornando-se independente politicamente, e busca estrutura e estabilidade perante o governo federal, que se defronta com períodos conturbados pelo desequilíbrio no regime monárquico e instituição da República, em 1889.

A partir de 1864, o Paraná, da mesma forma, está sob influência da Guerra do Paraguai. Neste espaço de tempo são priorizados assuntos vinculados à defesa territorial, conseqüentemente regiões em faixa de fronteira, entre elas o oeste paranaense, são focos de interesse do governo federal.

A preocupação do governo brasileiro com a região oeste do Paraná tem início ainda durante o Império, logo após o término da Guerra do Paraguai (1865/1870). A idéia surgiu de oficiais militares que queriam instalar na região uma Colônia Militar para proteger a região da fronteira (LOPES, 2002, p. 88).

Nesta região, estrategicamente povoada por militares e civis, primeiramente de forma simbólica, digamos, no que se refere à presença física na região, ou seja, o domínio regional fronteiriço é adquirido pelo governo federal, por vezes através de acordos. As regiões são colonizadas conforme se faz necessário ou sob influências externas. Interferências internacionais de países que estimam o mesmo espaço territorial, por exemplo, aceleram processos de colonização como forma efetiva de domínio na fronteira. É importante lembrarmos que o oeste paranaense encontra-se propenso à influência dos fatos citados, pois se relaciona a áreas de demarcação de dois países: Brasil e Argentina e Brasil e Paraguai.

Assim, ao falarmos do Oeste do Paraná, vinculamos aspectos importantes já citados, como

a emancipação do atual Estado e a necessidade de auxílio do governo federal, ou seja, recém emancipado e mesmo já politicamente independente o, Paraná permanece internamente desestruturado. Agrega-se a esse fato a participação expressiva na guerra em que a delimitação territorial é o município de Foz do Iguaçu - PR. Em período de estruturação estadual, o Paraná encontra-se da mesma forma sob influência da alteração do regime governamental e as conseqüências refletiriam em toda nação, inclusive na região que focalizamos neste estudo.

Paralelo a tal contextualização, retratamos brevemente as condições do oeste paranaense, quando se defronta com graves problemas em períodos de colonização, não somente no que diz respeito à delimitação e sustentação territorial fronteiriça entre Brasil Paraguai e Brasil Argentina. Compreende-se, igualmente, por décadas, a enfática questão civil de disputa territorial, cujo processo colonizador, que firma a ocupação de terras, é dado por colonos e empresas colonizadoras, ambos com interesses semelhantes quanto à aquisição territorial, instigando futuras contendas.

Quanto a personagens desta fase de colonização, diversos são atraídos até a região. No entanto, sem grande instrução e acostumados a lidar com enxadas, foices e demais apetrechos do campo, são induzidos pelas chamadas colonizadoras a realizar negociações infundadas, as quais jamais poderiam cumprir. A aquisição territorial pelas colonizadoras independia das condições necessárias para adquiri-las. Muitos, senão todos os colonos moradores da região de interesse das mesmas, são coagidos a vender suas terras a preço abaixo do valor real.

O preço normal de uma propriedade de 10 alqueires estava entre 10 a 15 mil cruzeiros. As companhias cobravam na base de 60 a 80 mil cruzeiros. Os preços começaram a variar conforme a qualidade da terra, entre 3.000 a 8.000 cruzeiros o alqueire. Além do contrato de compromisso de compra e venda, o colono passou a ser obrigado a assinar promissórias, no montante que ficasse devendo, descontada a entrada (WACHOWICZ, 1987, p.169).

O não cumprimento de acordos estabelecidos com companhias colonizadoras leva à perda do direito dos colonos sobre as terras.

Tais colonos e empresas colonizadoras são os anfitriões neste contexto de instituição de colônias militares em regiões estratégicas. Períodos de desbravamento regional e posteriormente de implantação de instituições, como o Exército Brasileiro, são vivenciados por diversas destas pessoas, que

nos “primórdios” estiveram estabelecendo-se em regiões fronteiriças.

Englobando o contexto exposto à região fronteiriça, sob influência dos diversos acontecimentos, aguçam preocupações federais relacionadas não somente à defesa territorial, mas à colonização e organização estadual. No entanto, existem controvérsias arroladas a território, como destaca Wachowicz. E, as mesmas, transformam aos poucos o perfil, a disposição e a construção da região de fronteira.

A PRESENÇA MILITAR NO OESTE PARANAENSE; FOZ DO IGUAÇU - PR

Após uma rápida contextualização da região em estudo, passaremos a trabalhar com a presença militar no Oeste do Paraná. Neste sentido podemos destacar a fala de Lopes:

Segundo Colodel, os militares alegavam que a “região possuía um valor estratégico extremamente valioso e que era, no mínimo, temerário deixar esta importante área isenta de qualquer tipo de fiscalização por parte das autoridades imperiais (LOPES, 2002, p. 88).

O desassossego do governo brasileiro, em relação à região em faixa de fronteira no oeste do Paraná, e de estimado valor estratégico, sustenta a necessidade de proteção e garantia territorial perante nações vizinhas.

No ano de 1877, segundo Sperança (1992, p.44), “(...) várias famílias argentinas passariam a residir na confluência dos rios Iguaçu e Paraná, sendo os primeiros moradores da atual Foz do Iguaçu.” A orientação e a construção estratégica de colônias militares se dão ainda nas proximidades deste período, durante o século XIX. Neste mesmo espaço de tempo é criada a chamada Comissão Estratégica, nomeada pelo Ministério da Guerra e chefiada pelo militar Belarmino Augusto de Mendonça Lobo (capitão e engenheiro), no ano de 1888. Sediada no município de Guarapuava - PR, propõe-se não somente ao arroteamento da região, mas a embasar fatores relacionados à ocupação civil e instalação militar no oeste paranaense, primordialmente na área fronteiriça.

Em julho de 1889, a Comissão inicia a prática do planejamento, sendo realizado o reconhecimento e o levantamento de dados na região de Foz do Iguaçu, que seria em breve alvo de instalações

militares como feito de apropriação, como destaca Sperança:

A expedição de Firmino¹ alcançou a foz do rio Iguaçu no dia 15 de julho de 1889, depois de sete meses e 20 dias de trabalhos, encontrando na área 324 pessoas – 9 brasileiros, 5 franceses, 2 espanhóis, 95 argentinos, 212 paraguaios e 1 inglês (SPERANÇA, 1992, p.47).

Tais dados, informando que a minoria da população habitante desse território era brasileira, conduzem à coordenação da expedição que viria ligeiramente a oficializar a ocupação militar brasileira na região. A expedição destinada à fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu inicia-se no município de Guarapuava, chegando ao destino, na fronteira, em 22/11/1889. Fato político interessante: em meio à trajetória e seguimento da operação militar, ocorre a alteração do regime governamental. Segundo Sperança (1992, p.50), “A proclamação da República encontrou a segunda missão à foz do Iguaçu em plena tarefa de reabertura da picada em sua jornada para assentar a Colônia Militar. Foram 69 dias de viagem, até o dia 22 de novembro”. A primeira missão seria o já citado desbravamento rumo ao reconhecimento local da fronteira. Ainda segundo o autor, (1992, p.50), “com a implantação da Colônia Militar, em 23 de novembro, teria início, definitivamente, a conquista da região oeste do Paraná para os brasileiros”.

Além da instalação da colônia militar, a distribuição de terras a colonos interessados, da mesma forma coopera com a ocupação territorial de brasileiros militares e civis, assegurando as atribuições regionais ao Brasil. Segundo Lopes (2002, p.88), “(...) a colônia Militar de Foz do Iguaçu também tem claros objetivos de garantir a segurança na fronteira e assegurar a posse definitiva do território fronteiriço com a Argentina”. Sendo assim, ressaltam-se fatores essenciais propiciados pelas forças armadas do Exército, como a reafirmação de posse, o amparo à população e o conseqüente desenvolvimento nesta extensão territorial.

A instituição da colônia no provincial município de Foz do Iguaçu e a ocupação regional, ocorrendo pausadamente, deixam a população até então à mercê de influências externas e caminhando paralelo a desbravamentos regionais, porém com utilizações significativas da força militar, como foi, ainda no século XIX, a fuga de Juca Tigre.

Em 1894, o conflito entre republicanos e

¹O Segundo-Tenente engenheiro José Joaquim Firmino foi indicado pelo capitão Medonça Lobo para chefiar os trabalhos de abertura de uma picada rumo à foz do rio Iguaçu (SPERANÇA, 1992, p. 47).

castilhistas, conhecido como Revolução Federalista, chegou ao Paraná (...) A coluna de forças sulistas, sob o comando de José Serafim de Castilhos, o célebre “Juca Tigre” foi açoitada nos Campos Gerais. Deslocando-se até Guarapuava, empreendeu fuga à procura do picadão aberto pelos militares, alcançando a foz do Iguaçu com extrema dificuldade, tendo conduzido suas peças de artilharia até onde o terreno permitiu (SPERANÇA, 1992, p. 5).

Tal revolução representa a utilização de forças do Exército, atuantes em território paranaense por caminhos anteriormente abertos pelos mesmos.

No que se refere à Comissão Estratégica em Guarapuava, é desmembrada no ano de 1892, permanecendo com a missão de abertura da estrada do município sede até Foz do Iguaçu, onde a Colônia Militar permanece e conserva-se por pouco mais de vinte anos. Em 1912, já volúvel e em desigualdade com o planejamento inicial do período de instituição é extinta.

A liderança militar comandou a colônia de Foz do Iguaçu somente até 1892. Logo percebeu-se seu desvirtuamento: fundada para desenvolver agricultura, justamente para evitar depredação dos recursos naturais da região (mate e madeira), não demorou e toda a sua população praticamente encontrava-se vivendo exatamente da exploração desses recursos. A distância do governo do Estado, e o descaso das autoridades locais, incentivavam a ação de atividades ilícitas como o contrabando (Steca & Flores, 2002, p.94).

Tanto a Comissão Estratégica, quanto a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, transpõem diferentes períodos e não correspondem em plenitude às expectativas existentes no princípio e depositadas sobre elas. Na localização afastada e o baixo estímulo em relação ao desenvolvimento interno são fatores que propiciam o aumento de obstáculos e conduzem ao declínio.

Em 1912 chegava o auge o drama da fronteira, com a extinção da Colônia Militar, cujas responsabilidades e atribuições foram transferidas ao governo do Paraná. A causa da extinção foi a longa seqüência de irregularidades e arbitrariedades registradas, que forçaram o Ministério do Exército a tomar essa providência (SPERANÇA, 1992, p.64).

A colônia, mesmo sendo dissipada, tem significativa representatividade perante o Estado do Paraná. Como citado anteriormente, simboliza o princípio da utilização militar na região, possibilitando, além da reafirmação de posse da região oeste à

nação brasileira, o desenvolvimento do município de Foz do Iguaçu a partir da produção agrícola nas colônias. Da mesma forma, civis (colonos) que ganharam terras, as cultivaram neste mesmo período, permanecendo nelas mesmo durante a “ausência” militar. Lembramos aqui, a extinção da colônia em 1912 e o retorno 20 anos mais tarde. No ano de 1932, o governo brasileiro retoma a ocupação na íntegra da região oeste, que novamente está sob influências decorrentes da fronteira, conservando assim, como a Colônia Militar, a missão de ocupar fisicamente o espaço fronteiriço. A população de Foz do Iguaçu, estando afastada da capital Curitiba, manteve, por certo período, estreitos laços com Argentina e Paraguai, o que viria a refletir também na economia nacional brasileira. Apressando-se, em 13 de maio é criada a 1ª Companhia Independente de Fronteira. A missão de promover a segurança fronteiriça traz consigo, segundo o Exército Brasileiro, “a obra nacionalizadora que a sua presença representava”.

Na verdade, revoluções deste período, como a Paulista (1932), contribuíram, segundo Sperança (1992, p.109), para que os “militares ocupassem as posições estratégicas fundamentais na região (...)”. Guaíra localizada no oeste do Paraná, e da mesma forma desde muito cedo evidenciada na história nacional, seria sede da 3ª Companhia do 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, o que ocorre após a “reinstalação” do Exército Brasileiro na região de Foz do Iguaçu. Quanto a isso, destaca-se um fator intrigante na edificação e amplitude do município, ao redor do atual 34º BI Mtz.

O tenente Batista recebera instruções para fundar a Colônia a quatro quilômetros do ponto de encontro dos rios Iguaçu e Paraná e lá erguer um mirante que possibilitasse observações a grandes distâncias. Se as instruções tivessem sido seguidas, a cidade de Foz do Iguaçu teria surgido na área onde hoje se encontra o Colégio Agrícola. Como era época de estiagem e obter água no local indicado era difícil, o acampamento foi montado às margens do rio Monjolo, justamente onde hoje está o centro da cidade, no ponto mais baixo da avenida Brasil. (Disponível em http://www.front.inf.br/hist_006.php Acesso em: 08 agosto. 2007.)

Foz do Iguaçu, PR, é a região que nasce e cresce sob influência militar, em particular representa o ponto de junção de três países. Limite entre Brasil, Argentina e Paraguai é cenário de invasões territoriais e conflitos por longos períodos. Como já visto, não unicamente o conflito com o Paraguai marca a história regional, mas da mesma forma contendas relacionadas a disputas territoriais em períodos

que seriam expressivos à formação estadual e ao desenvolvimento socioeconômico do município no oeste.

O despertar, quanto à importância da região para a nação brasileira, conduz a inovações e preocupações constantes quanto à coordenação na colonização civil e militar da área localizada em faixa de fronteira.

Tais fatores relacionados não exclusivamente à colonização do oeste do Paraná, mas também ao que é arrolado à ocupação territorial, asseguram pertencimento regional ao Brasil, não somente no século XIX, visto que ainda na atualidade conserva-se sediado no município de Foz do Iguaçu, após alterações de nomenclaturas (última em 1980) e também estrutura operacional, o 34º Batalhão de Infantaria Motorizada localizado no centro da cidade.

Além de reprimir fatos ilícitos ocorridos na região fronteiriça, a inicial Companhia Independente manteve a ordem civil nas proximidades da atual aduana. Na atualidade, o número significativo de soldados ingressos no Exército e a quantidade que passa periodicamente pela instituição no município, certamente contribuiu com fatores socioeconômicos locais e da mesma forma regionais. Frisamos ainda, que cidades vizinhas são sedes estratégicas de Brigadas e Batalhões do Exército. Exemplo mais próximo e visível é o município de Cascavel, PR, o qual estará sendo trabalhado em breve.

Ainda quanto a fatos e feitos militares influentes às atuais condições do município de Foz do Iguaçu, faixa de fronteira, descrevemos a localização atual do 34º Batalhão na região central do município, derivado da desordenada necessidade de garantia de pertencimento regional, o desenvolvimento socioeconômico municipal deu-se ao redor da instituição que exerce influência direta sobre a população civil.

No entanto, como já visto, o Exército Brasileiro embasa o desenvolvimento regional do oeste paranaense, sem questionar a real importância da instituição militar perante a nação, nem a função com a qual a mesma prevalece estrategicamente localizada. Repensamos a partir de fatores benéficos, e não a atual visão civil sob a instituição, permanecendo indagações como: Até que ponto a instituição Exército Brasileiro, localizada na região oeste paranaense, é influente à segurança da atual população civil e não à conservação de um símbolo, adquirido e preservado pela representatividade adquirida no decorrer da história nacional?

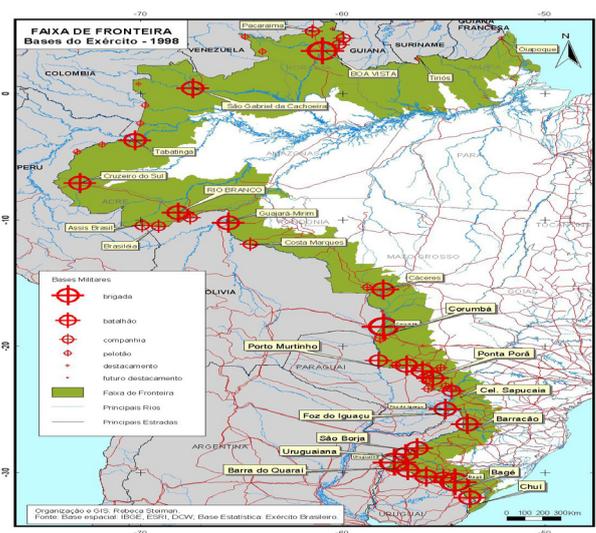
A permanência simbólica da instituição é incontestável. Vimos atualmente:

O vereador Neuso Rafain (PMDB) propôs que a Prefeitura de Foz do Iguaçu faça as gestões necessárias para desencadear uma ampla operação visando a garantia da lei e da ordem em pontos estratégicos da cidade. A simples presença do Exército, na opinião do vereador, poderá aumentar o índice de apreensões de drogas, carros e motos roubados, detenção de fugitivos, entre outros fatores que trazem insegurança à comunidade. "Hoje estamos enclausurados, à mercê de pessoas que não medem a violência, e verificando pessoas desempregadas, desesperadas, partindo para o descaminho, o roubo, o tráfico, contrabando", desabafou. (Disponível em <http://www.cmfi.pr.gov.br/noticiasdetalhes.php?p2+840>. Acesso em: 08 agosto de 2007.)

Ou seja, mesmo que não se faça necessária a utilização das forças armadas, a presença militar torna receosa intenções ilícitas. Até que ponto? Ao afirmarmos isso nos referimos a nações vizinhas ou estende-se civis e habitantes regionais?

Desse modo, ontem, como hoje, prevaleceu a necessidade de segurança e integração nacionais, reflexo da vontade soberana do povo, expressa, como ideal intangível, nas Constituições brasileiras de todos os tempos (Exército Brasileiro).

Levando em consideração tal citação, nos questionamos: segurança nacional distingue-se de segurança populacional?



Fonte: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas/map014.htm>

3.1 Cascavel – PR

A Encruzilhada dos Gomes, portanto, foi resultado

da crescente movimentação de empregados de obras⁸, colonos em trânsito, expedições demandando à Colônia Militar e as passagens quinzenais dos estafefas (SPERANÇA 1992, p.54)

No entanto o município de Cascavel não surge de imediato, sendo desmembrado de Foz do Iguaçu, o até então povoado, surge oficialmente em 14 de novembro de 1951.

A anteriormente chamada Encruzilhada localiza-se no entroncamento de trilhas abertas por tropeiros e militares, conseqüentemente, é o elo com o restante do país e com centros de fornecimento alimentício. Em constante desenvolvimento, transpôs tempos como o do café e da madeira. Posteriormente, já nos anos 70, o qual destacamos em nossos estudos, a diversificação agrícola permanece e o município de Cascavel ascende no setor agropecuário, que adquire representatividade no contexto econômico regional, com o cultivo de soja e do trigo.

O impulso da industrialização e da mecanização associam-se à elevação de índices demográficos, com imigração derivada dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Gregory (2000, p.113), “o que interessa é que, nos anos de 50 e 60, o Paraná apresentava uma taxa de crescimento populacional bem superior à média nacional, como decorrência do fluxo migratório (...)”.

Principiando a década de 1970, Cascavel é evidenciada no oeste Paranaense. Segundo Sperança (1992, p. 217), “Cascavel cresceu em razão de sua localização privilegiada”. Sendo parte atuante desse processo, a criação de cooperativas, a implantação de instituições de ensino superior e, por fim, a instalação do 2º Grupamento de Fronteira Oeste, futura 15ª Brigada de Infantaria Motorizada.

Associam-se, os primeiros anos de 1970, como período de instituição militar no município. De acordo com Sperança (1992, p. 234), “A implantação do 2º Grupamento de Fronteira, em 21 de agosto de 1973, confirmou o caráter estratégico-polarizador da cidade sede do município”.

O município, neste período, encontra-se fadado ao desenvolvimento. Sua localização e proximidade com a fronteira possibilitam reflexos dos interesses na região fronteira, o que ocorre da mesma forma em relação à fixação do Exército Brasileiro, que, após instituído no município de Foz do Iguaçu e vulnerável pela proximidade com Paraguai e Argentina, estende-se a Cascavel, tornando o município um pólo militar regional.

Conforme o Exército Brasileiro, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, no início da década de 70,

traz à região a necessidade de organização militar em nível de brigada. Tal base militar seria a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, com atividades administrativas, de manutenção e segurança, originada através do inicial 2º Grupamento de Fronteira.

O Decreto nº 01 – Reservado, de 11 de novembro de 1971, criou o 2º Grupamento de Fronteira, origem da 15ª Bda Inf Mtz, com sede em GUARAPUAVA-PR. Entretanto, em 14 de novembro de 1974, pela Portaria Ministerial nº 050, a criação do Grupamento foi efetivada, mas na cidade de CASCAVEL-PR, subordinado à 5ª Região Militar e recebendo a responsabilidade territorial nos Estados do PARANÁ e SANTA CATARINA. Sua instalação ocorreu oficialmente no dia 11 de agosto de 1973, em CASCAVEL/PR (Exército Brasileiro).

Posterior a esta e com fundo estratégico, cooperando com o setor econômico e social, são criados o 15º Batalhão Logístico (15º B Log), que seria

uma Organização Militar, cuja missão é prestar o apoio logístico, em tempo de paz ou operações, às unidades diretamente ligadas à 15ª Brigada de Infantaria Motorizada nas atividades de: transporte, suprimento (gêneros alimentícios, combustível, material de campanha, itens de material bélico, artigos de saúde, entre outros), manutenção (viaturas e armamento, principalmente) e saúde (atendimento médico de emergência em campanha) a fim de contribuir para a elevada operacionalidade daquela Grande Unidade (Exército Brasileiro).

Quanto ao 33º Batalhão de Infantaria Motorizado, criado em 1971, deslocou-se para o município de Cascavel no início da década de 1980, sendo ressaltada atualmente a importância e o aperfeiçoamento de suas instalações perante os demais complexos do Exército.

Atualmente, o Batalhão está totalmente integrado à região Oeste do Paraná e, em particular, à cidade de CASCAVEL, sendo que mais de 7.000 jovens já passaram por suas fileiras (Exército Brasileiro).

Quando pensamos o município de Cascavel, vemos, além da progressão dada por fatores econômicos nacionais, a posição estratégica, que é constantemente atrelada à proximidade com a fronteira. Como vimos, área esta focalizada desde os séculos XVIII e XIX, conseqüentemente, traz influências desenvolvimentistas ao município, a partir da instituição militar.

Até então não se citam influências políticas

sobre o estabelecimento das forças armadas, e sim, fatores estratégicos militares, que conduzem a condições atuais em que a cooperação relacionada à economia e ao desenvolvimento social associam-se à permanência de um número significativo de militares no município.

Nomenclaturas da região estão sob influência de militares que, em passagens pela região realizariam o batismo de pontos como rios, montanhas etc. Ao observarmos tais “feitos”, percebe-se que copiosos fatores relacionados ao município, assim como o desenvolvimento da região oeste vinculam-se à “colaboração” de colonos e empresas colonizadoras, marginalizando aspectos militares que, curiosamente, embasam a construção da história do Paraná.

Ao discorrermos sobre a história militar em Cascavel, ressaltamos, durante nossos estudos, a caracterização do município como pólo militar na região oeste paranaense, sendo o Exército instituído estrategicamente e sob influência direta da região fronteira. Diferentemente de Foz do Iguaçu, o município cascavelense é emancipado antecedendo à instituição militar, no entanto, faz parte de seu crescente desenvolvimento, na década de 1970, a implantação e as conseqüentes influências socioeconômicas possibilitadas pelo número significativo do contingente militar. É a partir de tais aspectos que devemos pensar ou repensar a instituição quanto atuante também no contexto municipal, não devendo quanto a influências e capacidades regionais, passar despercebida aos “olhos” da população em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o processo da pesquisa, observamos influências, limites e possibilidades do Exército Brasileiro no oeste do Paraná. Ao interpretar o espaço histórico em que se ministra a formação e as iniciais utilizações militares na região percebe-se a influência sob a qual o oeste se desenvolve.

A questão central da pesquisa buscou demonstrar, além de um enfoque diferenciado aos preceitos da história paranaense, aspectos benéficos ou não, propiciados pela instituição militar, à população civil. Da mesma forma, pensar sob a função militar exercida em períodos expressivos da formação regional, certamente sem colocá-la em “cheque”, e a permanência atualmente, menos enobrecida (ou diga-se: simbólica). Mas, ainda sob olhares civis, que aguardam feitos, talvez menos forçosos que em períodos de guerra, porém com investimentos e expectativas não menos necessárias.

Nesse contexto, entendemos que, do

processo de instituição à permanente “estabilidade” militar na região, estando ainda ligada à segurança nacional, conservam-se civis e militares habituados ao convívio, indagações não se fazem necessárias quando ambos usufruem de possibilidades proporcionadas pelo conjunto.

Sendo assim, percebemos que as forças armadas do Exército Brasileiro são de fundamental representatividade na construção da história regional, passando por diferentes períodos e as mais diversas condições de aceitação. Permanecem na atualidade, como parte integrante do regional. Como exemplo, vimos a localização do 34º Batalhão no município de Foz do Iguaçu, primordialmente representando a instituição de limites territoriais da nação brasileira. No entanto, por sua vez, estendem-se além delimitação fronteira, influência desde fatores relacionados a fundação do município até na atualidade. Aspectos relacionados à instituição militar, quando “provedora” de segurança nacional, é paradoxal às condições civis municipais, visto que a população permanece à mercê da sorte, e por vezes, sem ao menos repensar quanto às possibilidades que poderiam ou deveriam ser propiciadas pela instituição, visto que a mesma é parte constituinte na formação da região oeste.

Através de tais estudos, não se questiona a função operacional de militares na região oeste paranaense, e sim a permanência da instituição como “força simbólica”, imutável por seus feitos e pelo prestígio adquirido em períodos que antecedem a história da formação municipal, assim como estadual.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. **Geopolítica do Brasil**. Campinas: Papirus, 2001.
- BARROS, P. M. de. **Panis et circenses**: a idéia de nacionalidade no movimento tropicalista. Londrina: UEL, 2000.
- CHIAVENATO, J. C. **A guerra contra o Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- COLODEL, J. A. **Obrages & companhias colonizadoras**: Santa Helena na historia do oeste Paranaense até 1960. Santa Helena, 1988.
- GREGORY, V. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial**: Cascavel: migrações no Oeste do Paraná. Edunioeste, 2002.
- LINHARES, T. **Paraná Vivo**: um retrato sem

MACHADO, M. S.; IRSCHLINGER, F. A.

retoques. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

LOPES, Marcos A. (Org.). **Espaço da memória, fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000.

LOPES, S. **O território do Iguazu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LOZIER, H. **Paraná terra de todas as gentes e de muita historia**. 2. ed. [S.l.]: Grafit, 2004.

RADIN, J. C. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1997. p. 29-30.

SOARES, T. **Historia da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

SODRÉ, N. W. **Historia militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SPERANÇA, A.; SPERANÇA, C. **Pequena história de Cascavel e do oeste**. Cascavel: JS Impressoras, 1980.

_____. **Cascavel: a história**. Curitiba: Lagarto, 1992.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: Eduel, 2002.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora dos Professores, 1967.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.

_____. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Vicentina, 1987.

30 anos de historia no Oeste Paranaense. **Revista: 15ª Brigada de infantaria Motorizada**. Cascavel: Tuicial, 2001-2002. Edição Especial.